

EM DEBATE

Opinião Pública e Conjuntura Política

2010

Um Periódico do grupo de pesquisa Opinião Pública: Marketing Político e Comportamento Eleitoral



DOSSIÊ: MARKETING, NOVAS TECNOLOGIAS
E ELEIÇÕES: O QUE ESPERAR DAS
PRESIDENCIAIS DE 2010?

Aldo Fornaziere

Helcimara Telles

Sérgio Braga

OPINIÃO

Daniela Vairo

José Raúl Rodríguez

RESENHA

“O partido dos Trabalhadores e a política brasileira
(1980 - 2006): Uma história revisitada”

Paulo Victor Mello



Periódico Eletrônico do
Grupo de Pesquisa de “Opinião Pública:
Marketing Político e Comportamento
Eleitoral”

Universidade Federal de Minas Gerais
Av. Presidente Antônio Carlos, 6627
Campus Pampulha - CEP: 31.270-901
Belo Horizonte - MG - Brasil
Tel: (31) 3409-5007



Ano 2, n. 4, Abril de 2010 ISSN 2176-4883

COMPORTAMENTO ELEITORAL NO URUGUAI: ELUCIDANDO AS CHAVES DO TRIUNFO DE JOSÉ MUJICA NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2009.

Electoral behavior in Uruguay: explaining the keys of José Mujica's triumph in the 2009 elections.

José Raúl Rodríguez
Instituto Opción Opinión Pública - Uruguay

✉ jose@opcion.com.uy

Daniela Vairo
Universidad de la República - Uruguay

✉ danielavairo@gmail.com

Introdução

O presente trabalho propõe alguns insumos para elucidar as chaves do triunfo de José Mujica nas eleições presidenciais uruguaias de 29 de novembro de 2009. A seguir, nos propomos a analisar a eleição a partir de duas perspectivas centrais: 1) a influência do desempenho do primeiro governo da Frente Ampla sobre o voto; 2) a atuação dos candidatos na campanha eleitoral. Em primeiro lugar, apresentamos as principais características do sistema eleitoral uruguaio e sua influência sobre o sistema partidário, tendo em vista que eles operam como o principal marco de regulação e estruturação das opções estratégicas tanto de políticos, como de eleitores.

Antecedentes em longo prazo: do bipartidarismo tradicional ao multipartidarismo bipolar

Em um contexto de centralidade dos partidos políticos no cenário nacional, o sistema partidário uruguaio foi tradicionalmente bipartidário. Desde os primórdios da história eleitoral uruguaia até as eleições de 1971, os partidos Nacional (PN) e Colorado (PC) detiveram, em conjunto, cerca 90% do eleitorado uruguaio. Brancos e Colorados não viram sua hegemonia seriamente ameaçada até o surgimento da Frente Ampla (FA), em 1971. A partir de então, o crescimento da FA foi constante até dar origem a um

sistema multipartidário moderado, que se consolidou nas eleições de 1994, cujos resultados significaram uma situação de quase paridade entre os três partidos, e o sistema passa a adquirir uma lógica bipolar, a partir de 1999. Mas, multipartidarismo moderado, porque a oferta partidária para além destes três partidos não logrou desbancá-los da posição de protagonistas da disputa política pelo voto dos cidadãos. Portanto, multipartidarismo bipolar, porque nos últimos anos eles se conformaram em dois blocos, chamados também de famílias ideológicas, que disputam e obtêm o governo alternadamente com uma base eleitoral de cerca da metade da população. Vários autores os definem como bloco “tradicionalista” - do centro à direita do contínuo ideológico -, e bloco “progressista” - do centro à esquerda do contínuo ideológico, embora existam múltiplas denominações. Tal multipartidarismo bipolar gera lógicas centrípetas de competição.

O primeiro bloco, ou pólo, que está composto pelo PC e PN, se caracteriza por ter um entre os dois partidos como central em cada uma das últimas eleições, enquanto o outro ocupa um lugar secundário em termos de voto. No pleito de 1999, o PC teve a primazia, enquanto em 2004 e 2009 essa posição foi ocupada pelo PN. A bipolaridade do sistema implica que há uma porção importante do eleitorado que define seu voto dentro deste pólo, vota em *blancos* ou em *colorados* de acordo com a oferta eleitoral da conjuntura. O segundo pólo está conformado principalmente pela Frente Ampla, partido desafiante até sua primeira vitória, em 2004, e atualmente o partido que novamente está no governo. A FA nasce como um conglomerado de partidos de esquerda já existentes, e também de políticos *blancos* e *colorados*, que deixaram seu partido de origem. Com o correr das eleições, se constituiu em um partido tão tradicional como o PN e o PC.

Esta lógica de blocos foi muito influenciada institucionalmente pelo sistema eleitoral. Até 1996, o sistema eleitoral uruguaio não sofreu grandes modificações, o que fez com que suas regras principais tivessem fortes efeitos sobre a conformação do sistema partidário. O sistema eleitoral prévio à reforma tinha duas características básicas e fundamentais para a compreensão da dinâmica do sistema de partidos. Em primeiro lugar, a eleição do presidente por maioria simples dos votos com uma particularidade, a existência do “duplo voto simultâneo”, o qual implica que o eleitor vota, ao mesmo tempo, por um partido (legenda) e um candidato presidencial dentro do partido. Obtém a vitória o partido que consegue mais votos e é eleito presidente o candidato que dentro de tal partido vence a disputa entre seus pares. Além de emitir um único voto por partido e candidato presidencial, o eleitor está optando por uma sublegenda (uma corrente partidária) e por uma lista de candidatos para a Câmara de Deputados e para a Câmara de Senadores. Em suma, tal sistema determinava o voto por uma legenda partidária, uma sublegenda e uma lista (fechada e bloqueada). As sublegendas podiam representar um setor político dentro do partido ou corrente partidária, ou serem meras “cooperativas eleitorais” que se uniam conjunturalmente para acumular votos e obter o

maior número possível de cadeiras. Para a distribuição de cadeiras legislativas se utiliza a representação proporcional integral, com a fórmula D'Hondt.

Que efeitos estas regras eleitorais supostamente teriam sobre o formato e dinâmica do sistema partidário? A maioria simples, necessária para eleição para presidente, teria um efeito redutor, que já observava Duverger (1951) e é retomado por outros autores, e que acaba por redundar em um sistema bipartidário. O partido que obtivesse mais votos obteria a presidência, portanto, resultaria em um “efeito psicológico” sobre o eleitor, que o levaria a optar pelos partidos com maiores chances de ganhar o governo (o chamado voto útil), ao passo que o “efeito mecânico” agiria no sentido de desestimular a aparição de novos partidos.

No que se refere aos efeitos da representação proporcional e do duplo voto simultâneo, Chasqueti y Morales observam que a representação proporcional promoveria um efeito oposto ao da maioria simples, um efeito “[...] orientado para a proliferação de agentes eleitorais. Não obstante, dita proliferação não supôs necessariamente o surgimento de novos partidos, devido ao fato de que a simultaneidade e vinculação com as eleições presidenciais e legislativas atenuavam notoriamente as oportunidades dos novos partidos. O advento de múltiplos agentes eleitorais se desenvolveu no interior dos partidos, mediante a criação de facções que votavam sob uma mesma legenda, porém competindo entre si pelas cadeiras no parlamento. Este tipo de competição era alentada pela existência do voto múltiplo simultâneo, que permitia, em primeiro lugar, a eleição de um partido ou legenda, em seguida uma sublegenda ou facção e, por último, uma lista de candidatos em particular.” (Chasqueti y Moraes, 2000:310).

Que mudanças ocorrem a partir da reforma eleitoral de 1996? Novamente, colocando o centro da análise nas regras que regem as eleições presidenciais e legislativas, como início do ciclo eleitoral, se exige a realização de eleições internas, simultâneas e abertas para todos os partidos, sem a obrigatoriedade do voto. Isto tem como fim principal, a nível nacional, a definição de um único candidato a presidente dentro do partido político. Nas eleições nacionais, que são realizadas quatro meses após as prévias internas, a reforma modificou a fórmula para a eleição do presidente. Estabeleceu-se a maioria absoluta em dois turnos. Desta forma, se elimina a acumulação por sublegendas e por identidade de listas para a Câmara dos Deputados, o que gera um efeito moderado sobre a fragmentação interna de cada partido. (Buquet *et al.*, 1998:13).

Quais foram os efeitos desta reforma sobre o sistema partidário? Particularmente, o principal efeito para o número de partidos que compõem o sistema, é que um sistema de maioria absoluta, com dois turnos comportaria “[...] *uma anulação do efeito redutor do número de partidos que o sistema de maioria simples propicia, dado que o sistema de dois turnos oferece um estímulo para votar em partidos menores na primeira rodada*” (Buquet, 1997:16). (). Contudo, como já foi apontado, a passagem do sistema bipartidário para o sistema multipartidário

é anterior à reforma; portanto, tal reforma está acompanhando uma mudança que já estava se processando. A reforma tenta frear o crescimento da Frente Ampla, em benefício do pólo tradicional, através da criação da barreira de uma maioria absoluta, com a possibilidade de, por meio da lógica bipolar, obter a vitória no segundo turno. Isso foi possível na primeira eleição pós-reforma, na qual a FA foi o partido mais votado no primeiro turno. Porém, não tendo obtido a maioria absoluta, a FA teve que enfrentar o PC, no segundo turno, e mais especificamente, teve que enfrentar o conglomerado de votos do pólo tradicional, que saiu vitorioso. Apesar disso, nas eleições de 2004, a FA consegue a maioria no primeiro turno, e nas eleições de 2009 obtém a vitória uma segunda vez. O sistema eleitoral tentou frear um processo que já era inevitável: o acesso de uma terceira força de governo à Presidência.

O médio prazo: governo e opinião pública diante da primeira experiência da Frente Ampla no Uruguai.

Este processo de transformação do sistema partidário se deu de forma gradual e definitiva, estando pautada pelas mudanças nas preferências dos votantes uruguaios. Já em 1971, a FA obteve 18% dos votos, aumentando progressivamente sua penetração eleitoral, até alcançar 50,5% em 2004, em detrimento do peso eleitoral do bloco tradicional. Este enfraquecimento dos partidos tradicionais diante da opinião pública está relacionado com as reformas estruturais que estes partidos realizaram durante os anos 90, na esteira das transformações neoliberais que ocorreram na América Latina. Ainda que sempre na perspectiva de uma reforma gradual, o Uruguai sofreu fortes processos de desregulamentação econômica que, ainda que tenham produzido resultados favoráveis no curto prazo em matéria de estabilização macroeconômica, geraram processos de desindustrialização, precarização do trabalho, aumento da desigualdade social.

Este processo de mudança do paradigma de desenvolvimento implicou um custo demasiado alto para o bloco tradicional em termos eleitorais. Ainda que os partidos Colorado e Nacional tenham tido sucesso em matéria de aprovação de sua agenda de governo, a opinião pública cobrou deles um preço alto, pelo fato de terem impulsionado políticas restritivas quanto ao papel do Estado. Embora os uruguaios sejam críticos à função pública e ao funcionamento do Estado em geral, os vários estudos mostram que continuam preferindo um Estado ativo e garantidor dos direitos econômicos e sociais e da cidadania, por oposição a um Estado que somente se limite a regular a economia de mercado. Ainda que as reformas levadas a cabo a partir dos anos 90 não tenham apresentado a profundidade observada em outros países da região, foram suficientes para desencadear um reposicionamento dos partidos na cena política, deixando a defesa do Estado como promotor do desenvolvimento nas mãos da FA, ao passo que os partidos tradicionais se associaram à matriz das reformas neoliberais.

Neste contexto, a FA soube capitalizar - sob a liderança de Tabaré Vasquez - as oportunidades eleitorais que se apresentaram. Ainda que Vasquez tenha encarnado a defesa do Estado, por oposição ao mercado e sempre tenha reivindicado posições localizadas à esquerda, ele encabeçou um processo de atualização ideológica e programática da FA, buscando inibir o risco que poderia implicar para boa parte da opinião pública um primeiro governo de esquerda no Uruguai. Este deslocamento em direção ao centro não somente se exprimiu em termos programáticos, atuando em campanhas, como também foi parte da marca de seu governo, iniciado em março de 2005.

O governo de Vásquez se caracterizou por uma ampla capacidade de aprovação de sua agenda. Algumas medidas centrais que haviam sido anunciadas durante sua campanha e foram logo implementadas durante o governo são as seguintes: o restabelecimento da negociação salarial nos Conselhos de Salários; a implementação do Plano de Emergência Social (PANES); a reforma tributária e aplicação do imposto de renda sobre pessoas físicas (IRPF); a criação do Sistema Nacional Integrado de Saúde (SNIS); o aumento dos recursos financeiros para a educação, que ao final do período chegou a 4,5% do PIB e, a política de direitos humanos, que implicou em uma forte aposta na investigação dos crimes cometidos pelos militares durante a ditadura. A estas políticas concretas, soma-se o maior crescimento econômico registrado na história do país, com taxas anuais cumulativas próximas de 6%, o que também teve suas conseqüências sobre a redução do desemprego (de 12% para 8% no período), o aumento salarial real e a diminuição da pobreza de 30% para 20%. Estas fortalezas do governo também tiveram seu correlato político na opinião pública. As três principais figuras do governo e da FA foram as que alcançaram maiores níveis de popularidade durante o período (o Presidente Vásquez, o Ministro da Economia, Danilo Astori e o Ministro da Fazenda, José Mujica). Este trio operou como os pilares de sustentação do governo frente à opinião pública, e foi também parte da chave explicativa para o êxito eleitoral da Frente, em 2009.

Entre os principais problemas que o governo de Vásquez teve que enfrentar se destacam, no plano econômico: a elevação dos custos de energia, como resultado do aumento dos preços do petróleo no começo do mandato; as pressões inflacionárias decorrentes do crescimento econômico e a baixa sustentação da cotação do dólar. No plano das relações internacionais: o conflito com a Argentina por causa da instalação da fábrica de celulose finlandesa sobre o Rio Uruguai; a completa inserção do país no MERCOSUL; e a discussão interna na FA, com relação ao Tratado de Livre Comércio (TLC) com os EE.UU¹. Com relação aos assuntos internos: a insegurança dos cidadãos e a superlotação carcerária; o difícil relacionamento com a cúpula militar no marco da nova política de direitos humanos. Por último, em matéria de governabilidade, ainda que

¹ Este foi um árduo processo dentro do partido, que acabou por negar o TLC e com a aprovação de um tratado de proteção de investimentos entre Uruguai e EUA.

tenha sido obrigado a se esquivar de alguns obstáculos dentro do seu próprio partido para aprovar sua agenda, contou com um partido fortemente disciplinado até o fim do mandato, o que lhe permitiu aproveitar a maioria absoluta que detinha em ambas as câmaras legislativas, além de encarar com êxito o ciclo de interpelações parlamentares levado adiante pelos partidos da oposição².

Em suma, o governo de Vázquez mostra um saldo favorável em matéria de produtividade de políticas e êxitos econômicos e sociais, porém, a chave de seu sucesso reside, também, no fato de que foi um governo vitorioso perante os olhos da opinião pública. Para além de flutuações muito concretas, a avaliação da gestão do presidente se manteve na maior parte do tempo acima de 50% de aprovação, chegando ao ano eleitoral a valores próximos e inclusive superiores a 60%³.

O curto prazo: ciclo eleitoral e campanhas eleitorais. O triunfo de Mujica-Astori

A oferta eleitoral se compõe basicamente de dois aspectos: o candidato e o programa. Estas dois grandes questões são, sem dúvidas, os caminhos por onde transcorrerá a campanha eleitoral e onde os eleitores tentam discernir as diferenças para decidir seu voto. No Uruguai, este processo se inicia com as eleições internas. As mesmas foram levadas a cabo no mês de junho de 2009 e determinaram os triunfos de Mujica (FA), Lacalle (PN), Bordaberry (PC), Mieres (Partido Independente) e Rodriguez na nova Assembléia Popular⁴. Estes resultados implicavam certos riscos eleitorais, fundamentalmente nos casos dos principais partidos: a FA e o PN.

No caso da FA, ainda que não se pudesse dizer que a liderança de Mujica entre as classes populares fosse algo desconhecido, existiam dúvidas sobre sua capacidade para captar eleitores do espectro ideológico de centro. Esta foi uma variável que o próprio Vázquez assumiu quando propôs publicamente, em 2008, a chapa Astori-Mujica como a melhor alternativa para manter o governo. Os movimentos estratégicos internos da FA que se sucederam posteriormente levaram precisamente ao resultado inverso ao proposto pelo então presidente. A incerteza era maior em um cenário de segundo turno, ainda que uma vez resolvido o dilema do pleito interno, as pesquisas indicaram que Mujica ainda era o candidato favorito ainda nesta situação.

Por seu lado, o caso de Lacalle, no PN, gerava incertezas por seu posicionamento à direita do espectro ideológico. Duvidava-se de sua capacidade de captar eleitores de centro, o que o comprometeria notoriamente em um cenário de segundo turno. Não obstante, Lacalle havia recuperado o predomínio dentro de seu partido após tê-lo

² Em geral, há um consenso de que o relacionamento do governo com a oposição não foi bom, em parte devido ao esquema do governo de partido majoritário que inibiu a geração de acordos com uma base parlamentar mais ampla.

³ Desde que se conhecem dados de opinião pública no Uruguai, o caso de Vázquez é notório por seus elevados e sustentados níveis de popularidade e aprovação da gestão. Nenhum de seus predecessores desde a reabertura democrática alcançou um desempenho equiparável neste sentido.

⁴ A Assembléia Popular é um partido advindo de uma das facções mais radicais da Frente Ampla, ligado com a extrema esquerda do espectro ideológico. Embora sua votação não tenha lhe permitido conquistar cadeiras no Parlamento.

perdido em 2004 para seu correligionário Jorge Larrañaga. Isto o posicionava novamente em uma situação de privilégio perante a opinião pública, que percebeu sua capacidade de recuperar-se dentro do principal partido de oposição. Sua experiência anterior como Presidente entre 1990 e 1995, somando a certa incerteza gerada sobre o desempenho de José Mujica com o provável Presidente, o colocavam com possibilidades.

Em ambos os casos, os partidos demonstraram nitidez para interpretar as regras de jogo e os riscos nos quais incorriam ao optar pelas candidaturas de Mujica e Lacalle, pelo que prontamente incluíram em suas chapas os candidatos derrotados nas primárias internas. Em ambos os casos, tanto Astori na FA, como Larrañaga no PN, garantiam à oferta eleitoral maiores chances em sua busca pelo voto do eleitor de centro, operando como contrapeso aos candidatos presidenciais, identificados com posições mais extremistas.

Contudo, o primeiro turno de 28 de outubro de 2009 proporcionou alguns resultados interessantes para entender o desfecho da eleição. Em primeiro lugar, a FA não alcançou a maioria absoluta, o que assegurou o segundo turno. Não obstante isso, obteve a maioria parlamentar em ambas as Câmaras, o que representou um duro golpe para a oposição em termos de desenhar uma estratégia ganhadora do bloco tradicional na etapa do segundo turno⁵.

O PN viu uma diminuição de sua votação, de 34% para 29%, entre 2004 e 2009, o que lhe exigia uma maior quantidade de votos extra-partidários para obter a vitória no segundo turno. O PC, por sua vez, recuperou parte de sua votação, passando de 10%, em 2004, para 17% em 2009, enquanto o Partido Independente apenas aumentou sua votação, chegando a 2,5%. O primeiro dado que chama atenção nestes resultados é a diminuição da votação da FA, de 50,5% para 48%. Ainda que não seja possível explicar aqui as razões de tal decréscimo, podemos levantar algumas hipóteses relacionadas aos custos políticos específicos com os quais a FA teve arcar uma vez no governo, sobretudo com a classe média alta, e também à desaceleração do processo sócio-demográfico, que até então havia caracterizado o voto na FA por oposição ao voto tradicional, devido à maior penetração do voto na FA entre os novos votantes (De Armas, 2009).

A campanha rumo ao segundo turno

Até outubro, as campanhas dos partidos haviam sido bastante previsíveis. No caso da FA, a estratégia constituiu em destacar os sucessos do governo, demonstrando à opinião pública os resultados obtidos na gestão, e propor uma linha de continuidade e aprofundamento das ‘mudanças’ iniciadas por Vásquez. Em termos de estratégia de comunicação, a maior novidade foi a aparição conjunta de Mujica e Astori nos meios de

⁵ Os resultados foram os seguintes: FA (48%), PN (29%), PC (17%), PI (2,5%), AP (0,7%), em branco/nulos (2,8%). Devido ao sistema de alocação de assentos no parlamento, a FA conseguiu obter a maioria absoluta em ambas as câmaras do parlamento, visto que alcançou a maioria de votos requerida.

comunicação, o que pretendia gerar uma noção de equipe e despersonalizar a eleição, minimizando, assim, as debilidades de Mujica e aproveitando as oportunidades que se apresentavam ao mostrar Astori como parte fundamental da oferta eleitoral⁶.

O PN, por sua vez, se dedicou, nesta primeira fase, a promover uma campanha positiva, com uma atitude que, embora crítica à alguns pontos programáticos da gestão (segurança pública, qualidade da educação, imposto de renda, evolução dos preços e o gasto público), tentava posicionar o partido com uma opção para melhorar (“podemos fazê-lo melhor”).

Todavia, a campanha no primeiro turno simplificou o cenário da disputa, opondo Mujica a Lacalle, e, neste sentido, observou-se um comportamento diferenciado por parte dos candidatos e suas estratégias. Enquanto Mujica continuou apoiando-se sobre os mesmos argumentos do primeiro turno, Lacalle incorporou algumas inovações que parecem não ter tido resultado. Em primeiro lugar, se colocou como um candidato suprapartidário. Sua campanha girou em torno de uma estratégia de comunicação apartidária, que inclusive incorporou códigos que buscaram aproximá-lo de outros partidos. Esta estratégia, ainda que tenha privilegiado a adesão de eleitores colorados, independentes e indecisos, de alguma forma pareceu pouco convincente aos olhos da opinião pública⁷. Ao mesmo tempo, mudou o sentido daquilo que vinha sendo uma campanha positiva por uma campanha de sentido negativo, cujo epicentro foi o “caso Feldman”. Este foi um caso de grande repercussão midiática onde os seguidores de Lacalle tentaram vincular a descoberta de um arsenal de armas em uma casa localizada em um bairro de Montevideu com o símbolo do *Movimiento de Libertación Nacional – Tupamaros*, o grupo revolucionário do qual fizera parte Mujica, durante a ditadura militar no país⁸. Não há constatação empírica de que o “caso Feldman!” tenha influenciado de maneira significativa na campanha em qualquer sentido; definitivamente é possível afirmar que não conseguiu atingir os objetivos pretendidos pelos seus ideólogos.

Ainda que a campanha eleitoral possa ter favorecido em maior medida a candidatura situacionista, em geral os dados de pesquisas de opinião pública referentes ao período maio-novembro de 2009 apontam a forte estabilidade das preferências entre os votantes. Exceto durante o mês de julho, no qual Lacalle e Mujica praticamente

⁶ Astori foi o primeiro Ministro da Economia do governo de Vázquez e apareceu em 2004 e em 2009 como a garantia de estabilidade na manutenção da macroeconomia e de moderação dos aspectos programáticos, o que era um atributo reconhecido entre os eleitores de centro. Um dos traços salientes da estratégia da FA foi encarregá-lo desde o início do manejo da política econômica, a partir de sua condição de vice-presidente na chapa com Mujica.

⁷ A campanha de Lacalle girou em torno da necessidade de se ter um sistema político “equilibrado”, que, na verdade, era um argumento para contrabalançar a maioria absoluta obtida pela FA no parlamento. Dessa forma tentou colocar um futuro governo dividido como uma oportunidade para favorecer o diálogo político. Em matéria de comunicação, recorreu a cores e frases que tentavam desligá-lo de sua imagem de nacionalista e o vinculavam com os demais partidos, em particular o Colorado e o Independiente.

⁸ O “caso Feldman” ocupou boa parte da agenda midiática no último momento da campanha, onde se tentou trazer para o primeiro plano o passado guerrilheiro de Mujica e, mais ainda, vinculá-lo a eventuais movimentos armados da atualidade. A questão resultou em uma interpelação do Ministro do Interior por parte de um deputado do partido de Lacalle que terminou sem efeitos políticos. O tema ainda se encontra no âmbito do poder Judicial. Esta estratégia gerou discordâncias dentro do próprio PN.

estavam empatados com 45% de intenção de votos cada. Durante os meses anteriores, bem como nos que se seguiram, as preferências por Mujica oscilaram entre 46% e 49% e as de Lacalle entre 39% e 41%⁹. Em suma, a chapa Mujica – Astori obteve 52,4% dos votos contra 43,5% de Lacalle – Larrañaga. O restante, 4,4% votou em branco ou anulou seu voto. Quando comparamos estes resultados ao de outubro – exatamente um mês antes – observamos que enquanto a chapa Mujica – Astori ganhou 4,4%, o bloco tradicional (*blancos* e *colorados*) perdeu 2,6%. Isso demonstra as dificuldades de Lacalle para captar as preferências do eleitorado mesmo dentro do bloco tradicional.

A título de conclusão

De maneira geral, ainda que seja necessário aprofundar esta linha de investigação, aproximadamente 80% dos *colorados* votou por Lacalle no segundo turno. Estes valores são extremamente altos e similares aos observados por ocasião do voto em Jorge Batlle no segundo turno de 1999, no qual a grande maioria dos *blancos* (PN) votaram no candidato (BOTTINELLI, 2009). Tal dinâmica bipolar do sistema de partidos e a forte estabilidade do voto partidário no longo prazo explicam, em grande medida, o comportamento do eleitor uruguaio em 2009. Ademais, deve-se reconhecer que tanto os elevados níveis de aprovação da gestão da FA, juntamente com uma articulação correta da oferta de candidatos cristalizada na fórmula Mujica – Astori atuando na campanha eleitoral, permitiram ao partido manter-se no governo. Por outro lado, as debilidades do candidato *blanco* somadas a uma estratégica errática no segundo turno não o permitiram disputar a reta final da eleição com expectativas de um melhor desempenho.

Bibliografia

- BOTTINELLI, Oscar - Primeros apuntes al cierre del ciclo electoral 2009. En http://www.espectador.com/1v4_contenido.php?id=168407&sts=1. Acceso: marzo de 2010.
- BUQUET, Daniel - Reforma política y gobernabilidad democrática en Uruguay: la reforma constitucional de 1996. *Revista Uruguaya de Ciencia Política* n° 10. ICP-FCS. 1997.
- BUQUET, Chasqueti y Moraes - *Fragmentación política y gobierno en Uruguay ¿un enfermo imaginario?* ICP-FCS. Montevideo. 1998.
- CANEL, María José - *Comunicación Política. Guía para su estudio y práctica*. Tecnos. Madrid. 2006.
- CHASQUETTI, Daniel y Moraes, Juan Andrés. Parlamento y gobierno en el Uruguay: hipótesis para una teoría del ciclo político en Lanzaro (coord.): *La segunda transición en el Uruguay: gobierno y partidos en un tiempo de reformas*. Montevideo. Fundación de Cultura Universitaria. CSIC: Instituto de Ciencia Política. 2000.
- DE ARMAS, Gustavo - Debilitamiento del efecto demográfico y consolidación de un nuevo sistema partidario: Evidencia de las elecciones 2009 en Uruguay. *Revista Uruguaya de Ciencia Política* n° 18. ICP-FCS. 2009
- PNUD (2008) - *Política, políticas y desarrollo humano en Uruguay*. PNUD Uruguay. 2008.

⁹ Há certo consenso entre os analistas de que este empate foi conjuntural e produto da boa desempenho eleitoral do PN em todo o processo de eleições internas. Os dados de opinião pública para o período considerado foram extraídos do *Banco de Datos de la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de la República* (disponível em: www.fcs.edu.uy/pri/opinion.html)